



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE –  
CMDCA – Coronel Freitas/SC**

**RESOLUÇÃO Nº 001/2024/ CMDCA**

Institui a Comissão Especial Eleitoral para o processo de escolha complementar dos membros do Conselho Tutelar do município de Coronel Freitas – SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do município de Coronel Freitas, em cumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Nº 8.069, de julho de 1990, alterado pela Lei N. 12.696, de 25 de julho de 2015, a Lei Municipal 2107/2015, e suas alterações, a Resolução do CONANDA Nº 170/2014 alterada pela resolução 231/2022.

**RESOLVE:**

Art.1º Instituir a Comissão Especial Eleitoral com o objetivo de conduzir o processo de escolha complementar dos membros do Conselho Tutelar do município de Coronel Freitas, sendo composta por 06 conselheiros do CMDCA, garantida a paridade entre governo e sociedade civil.

§1º Não poderão fazer parte da Comissão Especial Eleitoral, os conselheiros que concorrerão ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ou os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

§2º Caso algum membro do CMDCA venha a tornar-se impedido por conta do disposto no §1º deste artigo, será afastado da Comissão, sendo substituído por outro conselheiro.

Art. 2º Integra a Comissão Especial Eleitoral os seguintes conselheiros:

**Governo Municipal:**

- 1- Daniel Bassani
- 2- Daniela Fernanda Schott
- 3- Vânia Martinelli Alves Pereira

## **Sociedade Civil:**

- 1- Loriane Enderle
- 2- Lediane Catarina Martarello Giachini
- 3- Luiz Vargas de Lima

**Parágrafo único:** A Comissão Especial Eleitoral deverá, entre os seus membros eleger um coordenador.

Art. 3º Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do CMDCA, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

Com relação às atribuições da Comissão Especial, devem ser consideradas as determinações do art. 11 da Resolução n. 231/2022 do Conanda, que lhes incumbe de:

- I. Analisar os pedidos de registro de candidatura (art. 11, § 2º);
- II. Conferir ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, conforme prazos previstos no Edital, contados da sua publicação, os candidatos que não atendam aos requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios (art. 11, § 2º);
- III. Receber os eventuais pedidos de impugnação às candidaturas em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, notificando os candidatos e concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa (art. 11, § 3º, inc. I);
- IV. Realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências (art. 11, § 3º, inc. II). Das decisões da Comissão Especial, caberá recurso à Plenária do CMDCA (art. 11, § 5º);
- V. Publicar, esgotada a fase recursal, a lista dos candidatos habilitados, remetendo cópia ao Ministério Público (art. 11, § 6º);
- VI. Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos habilitados, os quais firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas em Lei Municipal (art. 11, § 7º, inc. I);
- VII. Realizar o processo de escolha suplementar em si e, para tanto, providenciar a confecção das cédulas de votação (art. 11, § 7º, inc. IV), preferencialmente seguindo os parâmetros das cédulas impressas da Justiça Eleitoral; ou a solicitação das urnas eletrônicas junto a justiça eleitoral, escolher e divulgar os locais de votação, preferencialmente seguindo o zoneamento da Justiça Eleitoral (art. 11, § 7º, inc. V);

selecionar os mesários e escrutinadores (art. 11, § 7º, inc. VI); solicitar o apoio da Polícia Militar ou da Guarda Municipal para garantir a ordem e a segurança dos locais de votação (art. 11, § 7º, inc. VII), e divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha (art. 11, § 7º, inc. VIII);

IX. Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação, denúncias e outros incidentes ocorridos no dia da votação (art. 11, § 7º, inc. III), bem como os casos omissos (art. 11, § 7º, inc. IX);

X. Notificar o Ministério Público, com antecedência mínima de 72 horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela Comissão Especial e pelo CMDCA, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados (art. 11, § 7º).

Diante das importantes atribuições da Comissão Especial Eleitoral, para que o processo de escolha suplementar dos membros do Conselho Tutelar ocorra de forma ordeira, é essencial que a Prefeitura Municipal forneça todo o suporte necessário.

Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Coronel Freitas, 14 de fevereiro de 2024.

Altevir Lazaretti  
Presidente do CMDCA